



**TERRITORIALIDADES E ANCESTRALIDADES EM COMUM: PROVOCAÇÕES
SOBRE “TORTO ARADO”**

**TERRITORIALITIES AND ANCESTRALITIES IN COMMON: PROVOCATIONS
ABOUT “TORTO ARADO”**

Marcos Augusto Ribeiro dos Santos¹

Tricieli Radaelli Fernandes²

Resumo: Neste artigo expõem-se os diálogos possíveis entre a obra “Torto Arado”, de Itamar Vieira Junior, e a teoria do comum proposta por Antonio Negri e Michael Hardt. Para nortear a pesquisa, acolhe-se a problemática: em que medida é possível identificar nas conjunturas de territorialidade e ancestralidade narradas em “Torto Arado” uma forma de organização que coadune com a teoria do comum, levando em conta a superação da binariedade capitalista que orbita entre as esferas público e privada, homem e natureza, assim como sujeito e objeto? O objetivo destaca-se em descrever aspectos de semelhança entre as obras que possam auxiliar no resgate da força de afetação que subleva-se da energia do comum e apresenta-se com efeitos políticos e sociais. A metodologia para desenvolvimento baseia-se no materialismo histórico pelo viés de Antonio Negri. Chegando-se a conclusão de que a experiência do comum é realizada na comunhão entre os personagens e no resgate e memória de técnicas ancestrais.

Palavras-chave: Torto Arado; comum; territorialidade; ancestralidade; devir.

Abstract: This paper exposes the possible dialogues between the work "Torto Arado", by Itamar Vieira Junior, and the theory of the common proposed by Antonio Negri and Michael Hardt. To guide the research, the following problem is raised: to what extent is it possible to identify in the conjunctures of territoriality and ancestry narrated in "Torto Arado" a form of organization that is in line with the theory of the commons, taking into account the overcoming of the capitalist binarity that orbits between the public and private spheres, man and nature, as well as subject and object? The objective is to describe aspects of similarity between the works that can help to rescue the force of affectation that rises from

¹ Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Bolsista DS/CAPES; Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Avançados em Direito Processual Civil da UFSM (NEAPRO) registrado junto à UFSM/RS e ao CNPQ; Advogado Junto à Assistência Judiciária da Universidade Federal de Santa Maria (AJUFSM); Graduado em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões – Uri Campus Santiago. E-mail: marcos.ribeiro@acad.ufsm.br.

² Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Bolsista DS/CAPES; Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos do Comum (NEC) registrado junto à UFSM/RS e ao CNPQ; Pós-graduada em Direito do Trabalho e Direito Processual Civil pela Faculdade Dom Alberto – Santa Cruz do Sul; Graduada em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões – Uri Campus Santiago. E-mail: tricieli.radaelli@acad.ufsm.br.



the energy of the common and presents itself with political and social effects. The methodology for the development is based on the historical materialism by Antonio Negri. The conclusion is that the experience of the common is realized in the communion between the characters and in the rescue and memory of ancestral techniques.

Keywords: Torto Arado; common; territoriality; ancestry.

Introdução

É possível imaginar e construir outra noção de mundo, de temporalidade, mas para isso, além de analisar o presente, é preciso se reportar ao passado. Em que pese constantemente ignorada, a historicidade necessita ser revisitada sempre que necessário, e é nessa toada que “Torto Arado” emerge como uma ferramenta potente para reescrever um futuro diferente, possivelmente melhor. Ao compartilhar as experiências da vida na comunidade de Água Negra, o autor viabiliza observar como seria concebível viver em comunhão. Desde já é importante deixar nítido que não se ignora em momento algum a situação de precariedade na qual os personagens principais estão inseridos, suas condições de sofrimento e privação da liberdade, na qual os grilhões que os prendem sintetizam as diferentes possibilidades de aprisionamento dos seres humanos, sejam eles privados ao salário, direitos trabalhistas e previdenciários, ou a aquisição de propriedade.

Justamente por acreditar que o momento é de ruptura, desvelamento e distanciamento para com as antigas e ainda usuais formas de opressão, é que interseccionar a realidade de Água Negra à teoria do comum se mostra oportuno. Significa dizer que apesar da condição de exposta vulnerabilidade, no cerne da existência amparada na subjugação, os personagens conseguiram constituir relações e vínculos de comunhão. O que também é importante mencionar, não os deixa inertes à luta e à revolta pela melhoria de suas circunstâncias, porém refere a necessidade de problematizar os processos de produção do comum e, igualmente, a produção de subjetividade expostos na narrativa.

Na ficção de Itamar Vieira Junior, o capital está presente em uma de suas faces mais cruéis, a da escravidão. Na esteira disso, mesmo diante de uma liberdade temporal encampada pelo autor, são tempos não superados, basta observar que 134 anos depois da abolição da



escravatura uma senhora permaneceu 72 anos em situação de escrava e ao ser encontrada, não tinha noção de sua condição (NOVO; GRAELL; SILVESTRINI; VINCAIX, 2022). Histórias assim não são incomuns, visto que estão calcadas na estruturação do país e precisam de mecanismos consistentes para ruptura. Logo, ao tratar de raça e territorialidade paralelamente à efervescência de direitos que se originam disso, a interligação à teoria do comum, que versa também sobre a ocupação de lugares por pessoas interdadas de existência e direitos, se faz totalmente pertinente.

Na materialidade da obra, diferentes formas de entrelaçamento ao comum são oportunizadas. Em razão disso, se impõe traçar o questionamento: em que medida é possível identificar nas conjunturas de territorialidade e ancestralidade narradas em “Torto Arado” uma forma de organização que coadune com a teoria do comum, levando em conta a superação da binariedade capitalista que orbita entre as esferas público e privada, homem e natureza, assim como sujeito e objeto? Objetiva-se, portanto, descrever a partir da associação entre a ficção e a teoria do comum de Antonio Negri e Michael Hardt, aspectos de semelhança que possam auxiliar no resgate da força de afetação que subleva-se da energia do comum e apresenta-se com efeitos políticos e sociais.

Para alcançar o debate proposto, entende-se oportuno fazer uso do método materialismo histórico a partir de Antonio Negri. Tal metodologia permite considerar as transformações históricas com base na adaptação ao mundo contemporâneo, ou seja, “precisamos de novas teorias para a nova realidade” (NEGRI; HARDT, 2005, p. 189) sem, contudo, abandonar os elementos basilares do método de Marx, quais sejam, “(1) a tendência histórica, (2) a abstração real, (3) o antagonismo e (4) a constituição da subjetividade” (NEGRI; HARDT, 2005, p. 189). Para propiciar o desenvolvimento do trabalho, divide-se em duas seções: a primeira visa compreender a relação dos personagens com o território enquanto fator assimétrico perante a binariedade capitalista do público e/ou privado; e, em seguida, avaliar pelo prisma da tecnodiversidade a fusão entre homem e natureza exposta na episteme própria dos saberes ancestrais, fundamentando-se nessa justaposição de Torto Arado à teoria do comum.

Territorialidade e o diálogo com o comum



Considerando o cenário onde a maior parte da história se desenrola na modalidade de território, fica mais fácil poder compreender o quanto ele é um espaço dinâmico sobre o qual erige uma organização social disposta em camadas complexas (CERQUEIRA-NETO, 2020, p. 35), que não necessariamente se sobrepõem, mas que se estruturam em perspectiva mais ou menos equânime de auxílio mútuo. Algo que fica exposto nas empreitadas de Zeca Chapéu Grande como curandeiro (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 39) ou quando abatidos pela estiagem, os vizinhos dividem alimento para sanar a fome dos mais necessitados (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 67). Assim, logo de início alguns aspectos de arranjo social mais voltado para a coletividade em detrimento do individualismo já podem ser percebidos.

Dentre um dos pontos que pode ser ressaltado, é a observação da composição grupal amparada no quilombo e, mesmo que o significado incipiente seja de um lugar que acolhia a fuga dos escravos, no qual os seus habitantes poderiam coexistir de maneira livre, acredita-se ser possível agregar tal sentido a Água Negra em razão da resistência que ali se encontra. Diante de uma reprodução social aos moldes de casa grande e senzala, o que se percebe ao observar mais de perto a gestão da vida naquele lugar é que eles lutam constantemente para manter vivas suas histórias, cultura e hábitos dos antepassados que circulam geracionalmente (CERQUEIRA-NETO, 2020, p. 43-44). Nesse sentido, atenta-se para o significado político do termo quilombo e o quão importante é apropriar-se disso para transcender a literatura e propiciar engajamentos emancipatórios, suspeita-se que essa possa ser uma das motivações do autor.

O resgate do quilombo é considerável porque nele se consegue perceber o uso comum da terra e o valor simbólico que esse uso reflete nas identidades dos personagens (TEISSERENC; TEISSERENC, 2018, p. 53). Por exemplo, ao interligar diretamente a constituição de sujeito ao trabalho na terra, quando Bibiana narra que “a família Peixoto queria apenas os frutos de Água Negra, *não viviam a terra*, vinham da capital apenas para se apresentarem como donos” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 54, grifo nosso), ela refere o laço de pertencimento à terra, quase como se cada habitante e a terra fossem um só, inexistente para eles a relação de exploração, sobressai a conexão, o vínculo genuíno.



Concernente a isso, o liame que une os habitantes de Água Negra às terras nas quais estão, pode-se dizer, é de profundo respeito. Afora a condição de escravidão a qual estão subjugados os personagens, mesmo inseridos nessa situação abjeta, partindo da perspectiva dos *commons* se faz interessante refletir que com base na originalidade desse termo ainda subleva-se algo de bonito, se é que assim se pode dizer. Alia-se a isso a leitura de Tatiana Roque acerca do assunto:

Originalmente, o termo *commons* se refere ao conjunto de regras que permitiam aos camponeses de uma mesma comunidade o uso coletivo, regulado pelo costume, dos caminhos, das florestas e dos pastos. Era possível, sem deter a propriedade sobre uma terra, ter livre acesso para recolher lenha ou frutas nessa terra (2017, p. 183, grifo da autora).

Em diversos trechos do livro os personagens narram estar em harmonia com o ambiente no qual estão inseridos, relatam colher frutas e aproveitar a sazonalidade dos alimentos para a subsistência da família. O respeito e empatia é algo que se sobressai e o que se demonstra interessante é que não há em nenhum momento a inversão da opressão, ou em outras palavras, a perpetuação da opressão que eles sofrem ser direcionada ao ambiente no qual vivem. E, nesse sentido, muitos pesquisadores problematizam o livre acesso à terra ou aos recursos naturais como algo que poderia trazer em contrapartida a extinção de certos recursos, pois devido à “oferta” abundante, a extração seria ilimitada. Para que não se incorra em esvaziamento e deterioração dos bens comuns, impera a necessidade de evoluir enquanto sociedade dentro de políticas que permitam compreender a importância de cuidado para com o comum: “a existência de pessoas que se comunicam e são capazes de abrir mão de seus interesses pelo comum depende das relações sociais em que estão inseridas” (ROQUE, 2017, p. 183).

A modificação do relacionamento entre sociedade e ambiente é algo que deve ser construído, realidade que é exposta na obra sem romantização, apontando, ainda, que existem outras saídas possíveis à dominação. Ademais, ocorrência nítida que também não deve fugir de ser pontuada é o nexos entre a opressão, exploração, racismo e capital. Mesmo não estando presente na estrutura da família principal e na comunidade, no momento do contato deles com as pessoas que moram na cidade ou com os donos da fazenda, são levantados questionamentos



acerca do estranhamento que eles sentem quando não se identificam com os demais, precisam vender mantimentos às escondidas, sempre em condição de subalternidade. Baseando-se nisso, corrobora-se à tese de a escravidão baseada na cor da pele ser uma invenção do capital, a qual segundo Peter Pál Pelbart:

Escravos sempre houve, ao longo da história da humanidade, mas eram fruto em geral da vitória numa guerra, e, portanto, ex-adversários. Nunca se tornariam escravos em virtude da cor da pele. Mas apenas com o trato atlântico de homens e mulheres originários da África, a partir do século XVI, se transformaram em homens-objeto, homens-mercadoria e homens-moeda (2017, p. 217).

A partir desse íntimo relacionamento com o capital, conjecturas como as dos personagens se tornam banais, ao que eventualmente se poderia chamar de escravidão moderna, que mesmo após a abolição permaneceu nas entrelinhas da história brasileira por não ser de interesse da estrutura hegemônica majoritariamente branca contrapor. Ora, seguindo por esse caminho, se determinados grupos sociais são vistos e tratados na qualidade de menos humanos, conceder direitos a eles é um contrassenso àqueles que possuem medo de perder suas posições de poder, portanto aos menos humanos “torna-se natural que não participem igualmente do gozo pleno dos direitos humanos” (CARNEIRO, 2011, p. 14-15).

Para Silvio Almeida, “compreendermos que o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais” (2019), pode auxiliar na análise das assimetrias que moldam a vivência entre eles e no contato com a propriedade. Para manutenção das estruturas racistas, as heranças da colonização asseguraram que os corpos pretos servissem simultaneamente de matéria e energia, como os “sóis ambulantes” que Achille Mbembe aduz (2017, p. 218), prontos para servir de arado até a morte ou até que seus filhos os substituam, como narra Bibiana na chegada de seu tio à roça: “podia trazer mulher e filhos, melhor assim, porque quando eles crescessem substituiriam os mais velhos” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 41).



As ações de injustiça dos proprietários das terras de Água Negra e redondezas apenas reflete a lógica capitalista que acha que tudo lhe pertence, sejam pessoas ou bens comuns, algo que é mencionado por Hardt e Negri como parte da historicidade mundial e que se repete sem peias na realidade brasileira:

De fato, as histórias de conquista, colonialismo e imperialismo foram impulsionadas por uma sede de extração da riqueza em suas várias formas, riqueza essa que, não obstante estivesse do outro lado do globo, era “encontrada” e estava disponível para captura – com o constante apoio, é claro, dos exércitos e da ideologia. Como os recursos materiais, também os seres humanos podiam ser extraídos e tornados propriedades pessoais móveis, e, por meio do comércio atlântico de escravos, seu valor entrava nos livros-razões dos colonizadores (2018, p. 224).

Desse modo, a questão da propriedade emerge como uma problemática, seja a propriedade dos corpos dos habitantes de Água Negra, que necessitados por sobrevivência submetem-se e são submetidos à continuidade naquelas terras, como também os frutos do trabalho precário que quando não são tomados pelos donos da terra, servem para acúmulo de capital de seus receptores. Existe, portanto, um alinhamento de ideias à propriedade que ignora completamente as formas de exclusão e submissão consequentes da assimetria por ela produzida. O que contraria, evidentemente, a noção de que um instituto como esse introduz um feixe de outros direitos, “verdadeiros contradireitos, habilitados a operar como contrapesos ou desafios no interior da noção de propriedade” (HARDT; NEGRI, 2018, p. 117).

Tal concepção deve servir para sustentar a existência dos efeitos colaterais da propriedade, na medida em que sua permanência alimenta a incompatibilidade com direitos transformados em constitucionais e que são efetivamente natos aos seres humanos. Vale dizer que a narrativa presente no livro compõe um cenário de total subserviência das famílias que ali viviam, expressando o quanto a propriedade é um tema que desvela os casos de privação do caráter livre da vida. Pode-se dizer, nesse sentido, que mesmo diante de uma existência subalterna, os habitantes viviam a partir de perspectivas de comunhão, algo que ao fim da obra eles abdicam, para que mesmo dentro da perspectiva capitalista, pudesse lhes oportunizar um pouco de direitos.



O comum, na qualidade de caminho do meio entre a propriedade privada e/ou estatal, parece ser algo que os personagens usufruem e “criam” dentro da adversidade da escravidão “moderna”. Por óbvio que não se defende a conjuntura dos personagens, mas se entende que para eles a questão da propriedade nesse contexto é importante, visto que não se desconsidera o fato de os moradores de Água Negra passarem por um processo de politização e entenderem seus direitos à terra. Acredita-se, portanto, que isso deva ser olhado pelo aspecto de que se não for assim, não há lugar para eles nesse mundo, sendo que durante toda a existência, geração após geração, eles foram moldados para ocupar o lugar de subalternidade, de trabalhadores escravizados, que durante toda a vida pensaram ser a única existência possível, a do trabalho. Logo, o direito à propriedade da terra que trabalham e vivem não deixa de ser legítimo em nenhuma medida, tendo em vista a relação histórica, ancestral, familiar e de pertencimento àquele lugar, isto é, perante a situação de injustiça sofrida reiteradamente pelos personagens, a luta pela propriedade daquelas terras enseja como reparação histórica neste caso.

Infere-se a dificuldade de conseguir conceber a prática do comum meio às objetificações do capital e que o “abandono” das convenções características do comum possa vir a ocorrer mediante a aquisição da propriedade buscada pelos personagens. Mas ainda assim, perante todas as adversidades enfrentadas por eles, pode-se dizer que uma experiência de vida em comum fora por eles experimentada, mesmo que não continuasse ocorrendo no futuro, tendo em vista a politização e entendimento da subalternidade e tentativa de sair dela.

Dos Saberes ancestrais

O fio que conduz a vida dos personagens da fazenda Água Negra, explica o passado, enriquece a compreensão do presente e faz refletir sobre o futuro. Todavia, esse fio está emaranhado, pela imprecisão temporal, opção do autor e pelo local geograficamente impreciso onde a cânone se desvenda. As três moiras que, cada uma ao seu modo, elucidam os fatos ali ocorridos, pouco podem influir na roda da fortuna de seus próprios destinos, mas ocupam seu devido lugar de fala e atuam com papel transformador na comunidade.



Torto Arado é uma trama de muitos brasileiros de diversas localidades, quilombolas ou não, aborda temas transcendentais na realidade brasileira, onde Vieira Junior encontra substrato para dar as tintas de sua obra. É um retrato romantizado do longo processo de colonização de diversos níveis, em um país de senhores, donos dos corpos, das terras e dos saberes verdadeiros. A interlocução da obra, parte desde um ponto em comum, o verdadeiro ideal de comum negriniano e sua derrocada ante a passagem do tempo e a penetração de conhecimentos assujeitadores (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 34).

A tragédia campesina se introduz tratando todos que habitam na cercania como pares, respeitando a óbvia distinção àqueles que se aproximam da família proprietária da fazenda (ausentes do convívio com e da dura realidade dos moradores daquele lugar). Ainda que, a greta que separa Sutério, gerente das terras e das vidas, é um cargo imponente ao qual não lhe é necessária nenhuma habilidade ou técnica exclusiva, fazendo deste, uma espécie de capitão do mato que pune seus iguais ao se pôr como feitor (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 65).

O ponto de partida da estória, se insere em um tempo no qual os saberes ancestrais restavam preservados, onde viviam sob o mesmo teto de palha três gerações da mesma família. Coabitavam, afetados pelas engenharias do capitalismo primitivo sob a égide da escravidão “morderna” e remidas da morte pelo preparo do Beiju de Jatobá encontrado nas matas (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 174). Naquele rincão, preservam-se os ensinamentos ancestrais trazidos da África nos navios negreiros e aprimorados em *Terrae Brasilis*, entre dogmas espirituais e técnicas de plantio, é repassado o modo de vida em comunhão com outras famílias, encantados e a natureza.

A relação desta comunidade com seus saberes e religiosidade, faz com que se criem estruturas de poder entre os quilombolas e aqueles que compartilham da mesma fé, todavia, não ultrapassa os limites da cercania. Emergindo assim uma autorregulação, pautada na detenção dos conhecimentos místicos, daí o personagem Zeca Chapéu Grande como referência paternal, capaz de sanar as dores e restabelecer a saúde dos corpos e mentes e à raiz desta ciência seu poder e influência entre os demais (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 33).

A vida impôs como um fardo à linhagem de Donana a responsabilidade de cuidar dos seus, a avó de Bibiana e Belonísia atuava desde a juventude como raizeira e parteira, funções



que em seu tempo ocupavam o *locus* da medicina no princípio do século XX. Dessa forma, rompendo momentaneamente as estruturas impostas pelas classes sociais, quando os serviços ofertados por ela eram os únicos dispostos e/ou gozavam de maior credibilidade. Mas a atuação benevolente da senhora, era limitada aos cuidados do corpo, sendo por ela rechaçada a condução do Jarê, por não querer trazer para dentro de sua casa os espíritos encantados (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 167).

De outra banda, o patriarca, enquanto jovem e apto ao trabalho, dedicou sua existência a manutenção da fazenda (a qual entregava sua vida e sem conhecer de sua condição, atraía outras famílias para que perpetuar a situação análoga à escravidão) e das crenças que carregara desde o berço. Sendo reconhecido difusor da religião de matriz africana enquanto pode receber as brincadeiras de jarê:

Eram famílias que depositavam suas esperanças nos poderes de Zeca Chapéu Grande, curador de jarê, que vivia para restituir a saúde do corpo e do espírito aos que necessitavam. Desde cedo, havíamos precisado conviver com essa face mágica de nosso pai. Era um pai igual aos outros pais que conhecíamos, mas que tinham sua paternidade ampliada aos aflitos, doentes, necessitados de remédios que não havia nos hospitais, e da sabedoria que não havia nos médicos ausentes daquela terra (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 33).

Neste ponto, insta refletir a coexistência de variados conhecimentos oriundos de diferentes fontes e sua validade simultânea. O jarê, fé que curava aqueles cidadãos desassistidos, é a tábua de salvação para as moléstias variadas ao mesmo tempo, em que cumpre função espiritual que escapa dos limites geográficos. Isto é, aplica-se também àqueles com acesso à medicina “convencional” e nesta não encontra alento, como é o caso do filho do prefeito, cuja melhora fora moeda de troca para a vestibular alfabetização dos infantes de Água Negra (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 65).

Os saberes, detidos por Zeca e por sua esposa Salustiana, como a realização de partos, técnicas para acalmar as mulheres durante o processo e o peculiar diagnóstico de morte ainda no ventre materno com o pé direito, estão inseridos em um plano maior (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 58-60). Destarte, estas técnicas utilizadas para sanar moléstias, estão imbricadas com o cosmos daqueles personagens, o que Yuk Hui chama de cosmotécnica, em breves palavras



pode ser conceituada como a junção do “cosmos e moral por meio de atividades técnicas” (HUI, 2020, s.p.).

Zeca, fora de certa maneira punido pela negativa da mãe em receber os espíritos em seu lar, recaído sob o rebento a punição de Donana, uma loucura que durou anos e o fez fugir de casa entocando-se no mato junto a uma onça. O remédio místico para os problemas de ordem sobrenatural, fora converter-se no médico de todas as causas, seguindo os ensinamentos de João do Lajeado, poderoso ancião. Assim, tornando-o famoso, pai de muitos que o necessitavam (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 181).

Após deixar a vida, o curador levou consigo para o cemitério da viração a presença do jarê naquelas terras que tanto dedicou esforços, seus filhos de fé trataram de buscar novos guias espirituais, para retirar sua mão da cabeça, uma analogia que representa o vínculo de crença entre os fiéis e seu mentor. Havia o temor de quem não fizesse isso iria o acompanhar, assim, pouco a pouco foi dissolvendo a tradição e o acesso aos saberes ancestrais daquele povo, em simultâneo, chegavam à Água Negra novas religiosidades e medicinas (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 226).

As técnicas de uso de raízes e folhas encontradas na natureza, junto ao xamanismo em contraste à medicina convencional, atuando em comunhão, faz desse recorte temporal uma perfeita tecnodiversidade, tal qual Hui a descreve. O autor pós-colonial, aborda a possibilidade de uma globalização, não mais unilateral, irradiada desde os conhecimentos tidos como válidos eurocêntricos. Isto passa por conhecer e levar a sério múltiplas cosmotécnicas distintas em prol de uma cosmopolítica não ficta, como se identifica a contemporânea, ao passo que ajusta diferentes povos a uma única cosmovisão (HUI, 2020, s.p.).

O cuidado das mazelas através de *pharmakon* extraído diretamente da natureza, e da confiança nos espíritos encantados de Jarê foi a maneira que aqueles quilombolas encontraram para despistar a morte que os rondava e o alento às violências que os senhores impunham, desde sua chegada. Galimberti (2015, p. 3-4), ao tratar do germe da técnica, condiciona o ser humano ao posto de não codificado, não há instintos que o programam para viver de tal maneira, logo, sua sobrevivência é *sine qua non* desenvolvimento de meios para a sobrevivência.



O desenvolvimento da qualificação de raizeiro, parteiro e pai de santo, são fruto de uma longa trajetória de assimilação das causas e efeitos das ações humanas e sua remediação pelos frutos naturais disponíveis. Assim, há uma cosmotécnica que justifica as ações, que explica a cura por determinado chá, tomado em exatas vezes pelo exato tempo. Tal qual uma provação da natureza para que apresente suas leis e funcionamentos e daí o surgimento de uma técnica particular (GALIMBERTI, 2015, p. 7-8).

Seu desenvolvimento não se dá somente pela falta de assistência pública adequada, se não pelo florescer de uma nova técnica distinta da imposta. Essa coexistência de técnicas, em formação de tecnodiversidade, gerou uma cosmopolítica ideal naquele tempo, isto, claro, respeitando as imposições óbvias motivadas pelo racismo e o elitismo classista. Neste período, os detentores dos conhecimentos ancestrais eram tratados de igual forma aos seus senhores, quando requisitados.

A casa de Zeca Chapéu Grande era usurpada por Sutério, assim como as outras, era de pau a pique, tal como a de seus filhos e quando morto, fora enterrado seguindo a tradição bicentenária daqueles camponeses (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 179). Enquanto fomentada, a cura natural e fé professada, se mantiveram naquele rincão, com o passar do tempo e a globalização unilateral batendo à porta, foram encurtando os espaços desta cosmovisão particular quilombola.

Vieira Junior, deixa para o último ato da obra, grandes explicações, ata pontas soltas que deixam os leitores atentos durante o desenvolvimento da obra. No capítulo final, a moira escolhida é a mais improvável, uma encantada olvidada, Santa Rita Pescadeira, que vaga pelas matas e rios à procura de um novo fiel. A representação cristalina do que é argumentado nas linhas superiores, o espírito está esquecido, pois, já não cabe em um novo contexto (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 203).

Neste novo contexto é necessário abordar a dupla dimensão da passagem do tempo e da globalização. Se de uma banda, o “progresso” chega à fazenda, representado pela edificação da escola, da construção de casas de alvenaria e da vestibular pulverização de consciência de classe por parte dos moradores violentados, há um abandono da cosmotécnica. O progresso que chega



às vidas dos renegados é o desenvolvimento retardado do capitalismo naquela região, é a virada do período escravagista para o liberal (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 117).

Para conseguir aquilo que era direito dos cidadãos de Água Negra, a linhagem de Donana teve de se “adequar” ao jogo do capital. Severo, marido de Bibiana, era um notório sindicalista da fazenda, que compreendeu a maneira que o império os assujeitava. Como fim, foi executado, morto a tiros, provavelmente a mando do proprietário e usurpador das terras. Os atos de insurgência, adequados ao progresso e a solução encontrada para cessá-los fazem parte do pacote do “desenvolvimento” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 206).

A família seguiu lutando pela sobrevivência dos seus, mas agora abandonando seus saberes ancestrais, utilizando de palanques para prover melhorias aos pares. A vida melhorou em Água Negra, à custa do abandono do ideal de comunidade. No final da estória, há a frequente presença de evangélicos, completando a colonização daqueles que ainda resistiam nestes termos há o final da tecnodiversidade na vivência dos personagens. Do período de regência de Zeca Chapéu Grande até o ativismo político de Bibiana, a ancestralidade e os saberes se esvai, dando lugar ao modo de vida capital, o quilombo já não é mais indivisível. Assim, já não está mais unido pelas técnicas e pela espiritualidade que o tornava uno.

Considerações finais

“Torto Arado” já é reputado por alguns na qualidade de um “clássico contemporâneo”, onde a trama se desata sob o escopo de duas irmãs quilombolas e uma entidade espiritual de matriz africana. Cada uma das narradoras com seu modo particular de expressar o que vivera nos tempos em que o cânone se desenvolve, entre a visão onipresente da encantada, pensamentos das irmãs e recapitulações do passado distante vivido por seus ascendentes, convida o leitor a uma experiência que abdica de precisão temporal (possivelmente, porque passado e presente se entrelaçam, reverberando feridas coloniais), da mesma forma que esse texto pretendeu trilhar um caminho que possa guiar à subversão de alguns entendimentos acerca da propriedade, transcendendo-a.



Para isso, adotou-se a teoria do comum estruturada por Antonio Negri e Michael Hardt, com a qual se propôs explorar a obra de Itamar Vieira Junior. A presente pesquisa admite que o texto literário expõe uma realidade abjeta completamente tangível no Brasil atual, de necessária análise para além do direito privado, isto é, a vivência e as relações dos trabalhadores em situação análoga à escravidão. No mais, emergem questões relevantes como a ancestralidade que envolve os personagens, desde a “herança” das técnicas de cultivo da terra à prática religiosa. Esses resgates são demonstrados desde a ação de ter o umbigo enterrado no território não pertencente àquelas pessoas, assim como a invisibilidade de trabalhar a vida inteira em uma propriedade alheia e somente ao ser enterrado ser considerado justo possessor.

Meio a tais provocações, nas quais a heterogeneidade do Brasil que o “gerou” e o compõe, porém que sistematicamente é negada e inclusive submetida à homogeneidade forçada, parece nos que um dos objetivos da escrita de Itamar vem a se expressar na tentativa de romper com as amarras da discriminação e suas consequências de aprisionamento aos que com ela sofrem. Aprisionamento este que se apresenta nas mais diversas formas, sobretudo na escravidão. Pode-se dizer que os personagens vivenciaram a experiência do comum, mesmo com todas as adversidades encontradas e que diante das tentativas insistentes da cotidianidade difícil, tentaram manter vivas a historicidade e todos os saberes ancestrais.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019. *E-book*.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. *E-book*.

CERQUEIRA-NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de. Quilombo no Brasil, uma condição geopolítica de confinamento e resistência aos arquétipos territoriais dominantes: o caso de Helvécia no extremo sul da Bahia. **Biblos**, n. 6, 2020. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/biblos/article/view/6_2/6577. Acesso em: 20 jan. 2023.

GALIMBERTI, Umberto. O Ser Humano na Idade da Técnica, Brasil. **Cadernos IHU ideias**, v. 13, n. 218. Tradução: Sandra Dall'Onder. Disponível em:



<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/218cadernosihuideias.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Assembly**: a organização multitudinária do comum. Tradução: Lucas Carpinelli; Jefferson Viel. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2018.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016. *E-book*.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na Era do Império. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. Tradução: Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2020. *E-book*.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Tradução: Marta Lança. Lisboa: Antígona Editores Refractários, 2017.

NEGRI, Antonio. O comum como modo de produção. Tradução: Bernardo Romagnoli Bethonico. **Chão da Feira Caderno de Leituras – Série Intempestiva**, n. 52, out. 2016. Disponível em:

<https://chaodafeira.com/catalogo/caderno52/#:~:text=O%20importante%20%C3%A9%20reco%20nhecer%20o,comuna%20dos%20cidad%C3%A3os%2Dtrabalhadores.%E2%80%9D>. Acesso em: 5 jan. 2023.

NOVO, Daniella; GRAELL, Fernanda; SILVESTRINI, Luiza; VINCAX, Marcus. Idosa é resgatada no Rio após 72 anos em situação análoga à escravidão; é caso mais antigo de exploração no Brasil. **G1**, 13 maio 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/13/idosa-e-resgatada-no-rio-apos-72-anos-em-situacao-analoga-a-escravidao.ghtml>. Acesso em: 25 jan. 2023.

PELBART, Peter Pál. A força do escravo: de Negri a Mbembe. *In*: NEGRI, Antonio *et al.* **Negri no trópico 23° 26' 14"**. Tradução: Vera Telles; Homero Santiago; Jean Tible. São Paulo: Autonomia Literária, Editora da Cidade, n-1 edições, 2017. p. 213-222.

ROQUE, Tatiana. Comum, crise da medida e os impasses da subjetivação capitalista. *In*: NEGRI, Antonio *et al.* **Negri no trópico 23° 26' 14"**. Tradução: Vera Telles; Homero Santiago; Jean Tible. São Paulo: Autonomia Literária, Editora da Cidade, n-1 edições, 2017. p. 181-190.

TEISSERENC, Pierre; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino. Mobilização, conflitos e reconhecimento do território: comunidades quilombolas na Ilha de Marajó, Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 115, p. 51-74, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/6968>. Acesso em: 19 jan. 2023.



VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia, 2019.